

O Desafio de Conciliar Trabalho e Escola: Características Sociodemográficas de Jovens Trabalhadores e Não-trabalhadores

Luciana Dutra-Thomé¹
Anderson Siqueira Pereira
Sílvia Helena Koller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO - Este artigo investigou características educacionais e sociodemográficas em jovens brasileiros trabalhadores e não-trabalhadores. Participaram do estudo 7425 jovens (45,8% homens), entre 14 e 24 anos ($M=16,19$; $DP= 1,82$). O grupo de jovens não-trabalhadores apresentou índices superiores em relação às variáveis Série em que Estuda, Vezes por Semana em Média que Vai para Escola e Percepção sobre a Escola Atual; e menores índices de Reprovação com relação aos jovens trabalhadores. Além disso, observou-se que os pais dos jovens não-trabalhadores apresentaram escolaridade superior aos pais de jovens trabalhadores. Constatou-se uma relação entre dificuldades acadêmicas e trabalho juvenil, bem como a necessidade de os jovens estarem psicologicamente preparados para administrar exigências laborais e escolares, de maneira a não prejudicar seu desempenho nessas atividades.

Palavras-Chave: jovens, adolescentes, trabalho, educação

The challenge of managing work and school: Demographic characteristics of youth workers and non-workers

ABSTRACT - The present study aimed to investigate educational and sociodemographic characteristics of young Brazilians workers and non-workers. The sample was composed of 7,425 individuals (45.8% male), between 14 and 24 years old ($M=16.19$; $SD=1.82$). Results indicated that the group of non-workers presented higher frequencies and mean scores for the variables School Grade, Weekdays Frequenting School, and Perception of School; and lower frequencies in the variable School Failing when compared with the group of workers. Further, non-worker's parents presented higher educational level than the workers' parents did. These results demonstrated the existence of a relationship between school difficulties and youth labour, and the necessity of young individuals to be psychologically prepared to manage school and work activities without injuring their performance.

Keywords: young adults, adolescents, labour, education

A juventude é uma fase do desenvolvimento marcada por diversas mudanças nos âmbitos biológico, psicológico e social. Essas mudanças são acompanhadas pela troca de papéis que jovens realizam desde a infância até a vida adulta. Na realidade brasileira, essa troca de papéis é influenciada por diversos fatores psicossociais, como as diferenças encontradas entre gêneros, classes sociais, escolaridades e etnias, e também pelas diversas formas de comunicação e estilos de vida dos jovens brasileiros (Neto Fleury, 2007).

Nessa etapa de desenvolvimento, a educação é fator importante, visto que constitui via para conscientização e visão crítica da realidade social em que se vive, de forma a mediar as relações entre o sujeito e o seu contexto (Flach, 2011). É também uma forma de os jovens conseguirem se diferenciar de seu meio de vida atual e alcançar a mobilidade social. A importância da educação manifesta-se, por exemplo, na presença de um fenômeno referente à juventude que tem chamado a atenção nos dias de hoje: nas sociedades ocidentais industrializadas, jovens cada vez mais adiam a adoção de papéis adultos, como a entrada no mercado de

trabalho e formação de família, e investem cada vez mais na educação (Arnett, 2007; Dutra-Thomé, 2013). Outros fatores também influenciam esse fenômeno, como o aumento da trajetória escolar e a maior dificuldade na entrada estável no mercado de trabalho. Porém, isso não ocorre igualmente em todas as classes sociais. Jovens de camadas sociais populares tendem a se inserir precocemente no mercado laboral (Bardagi, Arteche, & Neiva-Silva, 2005; Dutra-Thomé, Cassepp-Borges, & Koller, 2009), vivência que pode influenciar positiva ou negativamente seu desenvolvimento físico e psicológico, bem como afetar seu desempenho escolar.

Existem medidas que buscam amenizar os efeitos negativos de trabalhar na vida escolar dos jovens. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) proíbe que jovens menores de 14 anos executem atividade laboral. A partir dessa idade, os jovens podem começar a trabalhar no regime de aprendiz, regulamentado pelo Decreto nº 5598/2005 (Brasil, 2005). Este implica uma formação técnico-profissional que seja compatível com a vida escolar dos jovens, juntamente com uma carga horária reduzida que não interfira na educação formal do mesmo. Objetiva-se que os jovens tenham experiência laboral e se preparem para o mercado de trabalho, com apoio de auxílio financeiro, o qual evita a interrupção dos estudos para trabalhar.

¹ Endereço para correspondência: Centro de Estudos Psicológicos, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 104, Porto Alegre, RS, Brasil. CEP: 91.035-003. E-mail: lucianaduth@gmail.com

Entretanto, o Decreto nº 5598/2005 (Brasil, 2005) não impede que uma parcela razoável dos jovens brasileiros entre 14 e 17 anos (15,8%) se encontrem fora das salas de aula (IBGE, 2013) e que, quando estudando, estejam em uma modalidade ou nível de ensino que não corresponde a sua idade cronológica (Waiselfisz, 2007). Ao analisarmos as médias de anos de estudo da população, esse problema se torna mais evidente. Entre jovens de 15 a 17 anos, a média de anos de estudo é de 7,5 anos (IBGE, 2013) - período correspondente ao ensino fundamental, que deveria ser concluído aos 14 anos (Waiselfisz, 2007).

Outra fragilidade do sistema educacional brasileiro é o fato de que as escolas públicas brasileiras possuem condições inferiores em relação às escolas privadas, estas com professores e recursos mais qualificados. Apresenta-se no Brasil uma dualidade: de um lado, os filhos das elites, nas melhores escolas; do outro, os filhos das classes populares, que estudam em escolas cuja estrutura e qualidade de ensino tendem a ser inferiores (Rocha, 2010). Além das diferenças entre as escolas públicas e privadas, também existem diferenças entre as próprias escolas públicas: aquelas localizadas em bairros centrais de cidades são mais bem equipadas do que as localizadas nas periferias (Sena & Souza, 2011). Isso dificulta ainda mais o acesso à educação de mínima qualidade dos jovens moradores nestes locais. Por exemplo, investigação com jovens de classes populares do Rio de Janeiro que possuíam ensino médio completo (Peregrino, 2011) identificou que aqueles que estudaram em escolas públicas de referência e mais bem equipadas (ex.: com quadras de esportes e laboratórios) tiveram menos repetências e eram mais novos do que os que estudaram em escolas menos equipadas. Além disso, em relação a suas experiências laborais, os jovens das escolas mais equipadas demonstraram possuir mais cursos profissionalizantes e ter experiências de trabalho que caracterizavam uma área de formação. Os jovens que estudaram em colégios menos equipados possuíam nível de formação mais baixo e experiências laborais voltadas a trabalhos manuais e domésticos.

Em conjunto com a trajetória educacional, é preciso considerar a trajetória laboral dos jovens. Fatores positivos têm sido associados à experiência laboral juvenil, os quais promovem o crescimento dos jovens como pessoas e cidadãos (Oliveira, Fischer, Amaral, Teixeira, & Sá, 2005). A execução de atividade profissional pode auxiliar na construção de um futuro diferente para os jovens (Fischer et al., 2003). Ademais, chefias e colegas de trabalho podem se tornar pessoas de referência para eles, estimulando-os a buscar o ensino superior e a superar problemas, como envolvimento com drogas ilícitas e marginalidade (Oliveira, Fischer, Martins, Teixeira, & Sá, 2001).

A entrada dos jovens no mercado de trabalho também pode auxiliar o desenvolvimento de habilidades sociais e técnicas, autoestima, autoeficácia, autonomia, iniciativa e assunção de responsabilidades (Frenzel & Bardagi, 2014; Silva & Trindade, 2013). Dessa forma o trabalho juvenil pode ser pensado como uma ferramenta para o desenvolvimento psicossocial e como potencializador do desenvolvimento de habilidades e competências, além de auxiliar a escolha da carreira profissional (Sousa, Frozzi & Bardagi, 2013).

Em relação aos fatores negativos, a carga horária da jornada de trabalho mais o período escolar podem ser cansativos para os jovens, que passam a ter menos horas de sono e um menor tempo para recreação e lazer (Oliveira et al., 2005; Silva & Trindade, 2013). Esses fatores podem prejudicar o seu rendimento escolar, levando-os a abandonar os estudos e a se dedicarem exclusivamente ao trabalho. Com a evasão escolar, os jovens acabam tendo um nível baixo de escolaridade, o que, somado à grande concorrência por empregos melhores, prende-os a subempregos e não possibilita uma melhora em suas condições de vida (Abramovay et al., 2002; Dutra-Thomé et al., 2009).

A existência de empregos precários é outro fator de risco para a entrada precoce dos jovens no mercado de trabalho. Por não necessitarem de muitos requisitos para ingressar nessas ocupações, muitos jovens que possuem baixa escolaridade e nenhuma experiência profissional acabam se submetendo a subempregos, com cargas horárias abusivas e situações de exposição a riscos, tanto físicos quanto sociais. Em outros contextos, existem empresas que empregam jovens com baixa experiência e os influenciam de forma mais direta, não promovendo suas autonomias. Os jovens internalizam uma postura mais passiva e menos questionadora no trabalho. A postura de menor autonomia de decisão no trabalho pode levá-los à submissão às decisões dos demais, vulnerabilizando-os (Amazarray & Koller, 2011; Asmus, Raymundo, Barker, Pepe, & Ruzany, 2005; Fischer et al., 2005; Oliveira & Robazzi, 2001).

O fenômeno chamado “adultização” também configura fator de risco (Guimarães & Romanelli, 2002; Oliveira & Robazzi, 2001), associado à dificuldade dos trabalhadores juvenis administrarem suas vidas diante do acúmulo de atividades (ex.: o trabalho, a escola, a família e a comunidade). Muitas vezes, os jovens não estão preparados para lidar com as exigências inerentes a estes contextos. Ademais, diante da obtenção da renda própria advinda do trabalho, alguns jovens assumem o papel de provedores do sustento de suas famílias, responsabilidade que pode elevar seus níveis de estresse. Em alguns casos, os jovens passam a receber renda superior à dos próprios pais, o que pode fragilizar seu respeito em relação a autoridade parental. A soma desses fatores gera um contexto de vulnerabilidade, pois os jovens com dinheiro próprio e sem referência de figura de autoridade podem se sentir autônomos para se envolverem em experiências danosas ao seu desenvolvimento, como o uso de drogas (Campos & Francischini, 2003; Dutra-Thomé et al., 2009).

Outro ponto que chama a atenção no contexto do trabalho é a mão de obra infanto-juvenil existente no país. Mesmo com o Decreto nº 5598/2005 (Brasil, 2005), de acordo com a última edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2013), há cerca de 554 mil crianças trabalhadores no país, sendo 81 mil crianças entre 5 e 9 anos e 473 mil entre 10 e 13 anos. Esses números demonstram a fragilidade na fiscalização do trabalho infanto-juvenil e as possíveis situações de risco a que esses indivíduos são expostos, visto que esses empregos são ilegais e não fiscalizados.

Como exemplo da predominância de fatores de risco sobre fatores protetivos, estudo realizado com 19

estudantes de classe popular, entre 16 e 20 anos, identificou que a atividade laboral gerou mais prejuízos (ex.: longas jornadas de trabalho, excesso de responsabilidade, trabalho essencialmente manual, fragmentado e repetitivo) do que benefícios (ex.: satisfação das necessidades de reprodução social e socialização; Lachtim & Soares, 2009). Além disso, os pais desses jovens estavam em subempregos e possuíam baixa escolaridade, um possível indicador de influência transgeracional nesse quadro. Ademais, mesmo nos casos em que os jovens possuíam nível de escolaridade superior ao dos pais, eles viam no trabalho maior chance de melhorar de vida do que no estudo.

Com base nas questões expostas, esta pesquisa partiu do entendimento de que a experiência laboral pode afetar a dedicação dos jovens aos estudos, especialmente quando estes acumulam responsabilidades e precisam assumir compromissos precoces, como pagar as suas próprias contas ou auxiliar na renda familiar. Com o objetivo de contribuir com a psicologia como ciência, no que tange ao entendimento da relação entre o trabalho e a vida escolar de jovens, este estudo investigou características educacionais e sociodemográficas de jovens brasileiros trabalhadores e não-trabalhadores, pertencentes a classes sociais populares, analisando semelhanças e diferenças entre os grupos.

Método

O presente estudo foi um recorte transversal de uma pesquisa nacional que investigou fatores de risco e proteção da juventude brasileira, realizada em sete capitais (Porto Alegre, Recife, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande e Manaus) e três cidades (Arcos, Presidente Prudente e Maués). Participaram 7425 jovens, entre 14 a 24 anos, de ambos os sexos, nível socioeconômico baixo e que estudavam em escolas públicas ou participavam de instituições de atendimento (Organizações não governamentais, Centros Comunitários, etc.).

Instrumento

Foi utilizado o Questionário sobre Adolescência e Juventude Brasileira (Koller, Cerqueira-Campos, Morais, & Ribeiro, 2004). O questionário completo possui 109 questões. Esse questionário integra a Pesquisa Nacional sobre a Juventude Brasileira do “Grupo de Pesquisa Juventude: Resiliência e Vulnerabilidade”, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação (ANPEPP), que tem por objetivo investigar comportamentos de risco e fatores de proteção e de risco em adolescentes e jovens brasileiros.

Uma vez que o interesse do presente estudo foi o de investigar associações e realizar comparações entre variáveis relacionadas à experiência educacional e à situação laboral dos participantes, apenas as seguintes variáveis foram selecionadas: (a) Vida Escolar; (b) Série em que Estuda; (c) Série até onde Estudou; (d) Vezes por Semana em Média que Vai para a Escola; (e) Turno em que Frequenta a Escola; (f) Recebimento de Bolsa; (g) Histórico de Reprovação e Expulsão; (h) Motivo que o/a Fez Parar de Estudar; (i)

Avaliação da Escola; (j) Opinião sobre a Escola; (k) Análise do Grau de Escolaridade dos Pais dos Participantes; e (l) Situação Laboral (trabalha/não trabalha).

Procedimentos

A abordagem inicial dos participantes envolveu a apresentação dos objetivos da pesquisa e da equipe às escolas e às instituições de atendimento escolhidas por bairro em cada capital. A partir da autorização para execução da coleta de dados, os jovens foram reunidos para explicação sobre a natureza do estudo e sobre o caráter confidencial das informações a serem obtidas, descrição sobre o uso dos dados e a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em cada escola, foram contempladas turmas dos três turnos (manhã, tarde e noite) e turmas com características extremas (ex.: “a melhor” ou “a pior”) foram evitadas.

Análise dos dados

Realizaram-se estatísticas descritivas, qui-quadrado e teste t de Student. O critério de significância utilizado para as análises bivariadas foi $p < 0,01$, a fim de que os valores estatisticamente significativos obtivessem um critério de maior rigor.

Considerações Éticas

A pesquisa seguiu as determinações do Conselho Federal de Psicologia, Resolução n.16/2000 (2000) e a Resolução n.466/12 do Conselho Nacional de Saúde (2012). A pesquisa maior foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Grupo Hospitalar Conceição de Porto Alegre, sob o protocolo n. 108/08.

Resultados

A amostra teve 45,8% dos respondentes do sexo masculino. A idade média total entre jovens trabalhadores e não-trabalhadores foi de 16,19 ($dp = 1,82$), havendo predominância de indivíduos solteiros (93,5%; ver Tabela 1).

Em relação à Vida Escolar, constatou-se que houve um percentual significativamente maior de jovens não-trabalhadores (98,9%) que estudam em relação aos jovens trabalhadores (98,0%) ($\chi^2 = 11,149$; $df = 3$; $p = 0,011$). Não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos no que se refere a quem nunca estudou, quem parou de estudar e quem concluiu os estudos ($p > 0,01$). Houve um percentual maior de jovens trabalhadores que estudam à noite (44,1%) em relação aos jovens não-trabalhadores (14,2%) ($\chi^2 = 811,2$; $df = 3$; $p < 0,0001$). Já os jovens não-trabalhadores apresentaram um maior percentual de frequência à escola no turno da manhã e tarde (55,4% e 30,1%, respectivamente) em relação aos jovens trabalhadores (40,8% e 14,9%, respectivamente) ($\chi^2 = 811,2$; $df = 3$; $p < 0,0001$; ver Tabela 2). Além disso, os jovens não-trabalhadores apresentaram maior

frequência em todas as séries escolares, com exceção da 5ª série, na qual não se observaram diferenças entre os grupos (ver Tabela 2). Em relação à variável *Vezes por Semana em Média em que Vai para a Escola*, constatou-se diferença estatisticamente significativa entre jovens trabalhadores e não-trabalhadores, sendo a média dos trabalhadores ($M=4,80$, $SD=0,533$) inferior a dos não-trabalhadores ($M=4,90$, $SD=0,415$) ($t=-8,169$; $df=4806,5$; $p<0,0001$).

No que tange à ao Grau de Escolaridade dos Pais, constatou-se um percentual significativamente superior ($\chi^2=36,99$; $df=8$; $p<0,0001$) de jovens trabalhadores em relação aos não-trabalhadores cujos pais e mães possuem o Ensino Fundamental incompleto (40,8% e 38,7%, respectivamente). Houve um percentual significativamente maior de jovens não-trabalhadores em relação aos jovens trabalhadores ($\chi^2=40,45$; $df=8$; $p<0,0001$) cujos pais e mães possuem Ensino Médio Completo e Ensino Superior Completo (15,6% e 17,0%; 3,9% e 3,9%, respectivamente). O percentual de jovens trabalhadores cujos pais possuem até o ensino médio incompleto foi de em torno de 40%, com poucas diferenças entre os níveis educacionais (de analfabeto até ensino médio incompleto). A partir desse ponto, conforme aumentava a escolaridade dos pais, diminuía o percentual de jovens trabalhando (Ver Figura 1).

Constatou-se que houve um percentual significativamente maior de jovens não-trabalhadores que recebem Bolsa Escola (14,0%) em relação aos jovens trabalhadores (11,3%) ($\chi^2=10,445$; $df=1$; $p<0,001$). No que se refere aos demais

tipos de bolsa (Auxílio, Alimentação, de estudo, Agente Jovem, Crédito educativo e outra bolsa), não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($p>0,01$).

Sobre o Histórico de Reprovação, houve percentual significativamente maior de jovens não-trabalhadores que não tiveram vivência de reprovação (59,6%) em relação ao grupo de jovens trabalhadores (48,9%) ($\chi^2=82,242$; $df=6$; $p<0,0001$). Já os jovens trabalhadores apresentaram percentual significativamente maior em relação ao número de reprovação, sendo que 28,6% foram reprovados uma vez, 14,6% foram reprovados duas vezes e 5,6% foram reprovados três vezes. O grupo de jovens não-trabalhadores obteve as respectivas percentagens: 23,8%, 11,4% e 3,7% ($\chi^2=82,242$; $df=6$; $p<0,0001$). Não houve diferença entre os jovens que trabalham e os que não trabalham em relação ao Histórico de Expulsão da Escola. A expulsão esteve presente em 3,2% dos jovens que trabalham e em 2,5% dos que não trabalham ($p>0,01$; ver Tabela 3).

Em relação aos Motivo que o/a Fez Parar de Estudar, houve um percentual significativamente maior de jovens trabalhadores que interromperam os estudos para trabalhar (20,3%) ou por terem sido expulsos da escola (9,6%) em relação aos jovens não-trabalhadores, cujas respectivas percentagens foram 3,0% e 1,5% ($\chi^2=9,908$; $df=1$; $p<0,002$; ver Tabela 3).

Tabela 1. Estatísticas Descritivas das Variáveis Sexo, Estado Civil, Cor, Idade e Vezes por Semana em Média que Vai para a Escola^a

	Total	Trabalhadores	Não-trabalhadores	p
	%(f)	%(f)	%(f)	
Sexo ^b				<0,0001*
Masculino	45,8 (3291)	54,0 (1520)	40,6 (1771)	
Feminino	54,2 (3889)	46,0 (1297)	59,4 (2592)	
Estado civil ^c				0,155
Solteiro	93,5 (6590)	93,7 (2597)	93,5 (3993)	
Casado	2,0 (140)	1,7 (47)	2,2 (93)	
Divorciado	0,0 (2)	0,0 (1)	0,0 (1)	
Separado	0,4 (25)	0,5 (14)	0,3 (11)	
Viúvo	0,1 (7)	0,2 (5)	0,0 (2)	
Outros	4,0 (281)	3,9 (109)	4,0 (172)	
Cor ^d				0,007*
Branca	39,1 (2746)	40,5 (1118)+	38,2 (1628)-	
Negra	15,9 (1120)	17,0 (470)+	15,2 (650)-	
Parda	37,5 (2636)	35,1 (969)-	39,1 (1667)+	
Amarela	4,0 (279)	3,7 (102)	4,1 (177)	
Indígena	3,5 (246)	3,7 (102)	3,4 (144)	
	<i>M(SD)</i>	<i>M(SD)</i>	<i>M(SD)</i>	
Idade ^{e,f}	16,19 (1,82)	16,73 (1,93)	15,85 (1,65)	<0,0001*
Vezes por semana em média que vai para a escola ^c	4,86 (0,47)	4,80 (0,53)	4,90 (0,41)	<0,0001*

Nota. ^a% (n); ^bn=7180; ^cn=7045; ^dn=7027; ^eM(DP); ^fn=7316; ^gn=7221; Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * $p<0,01$

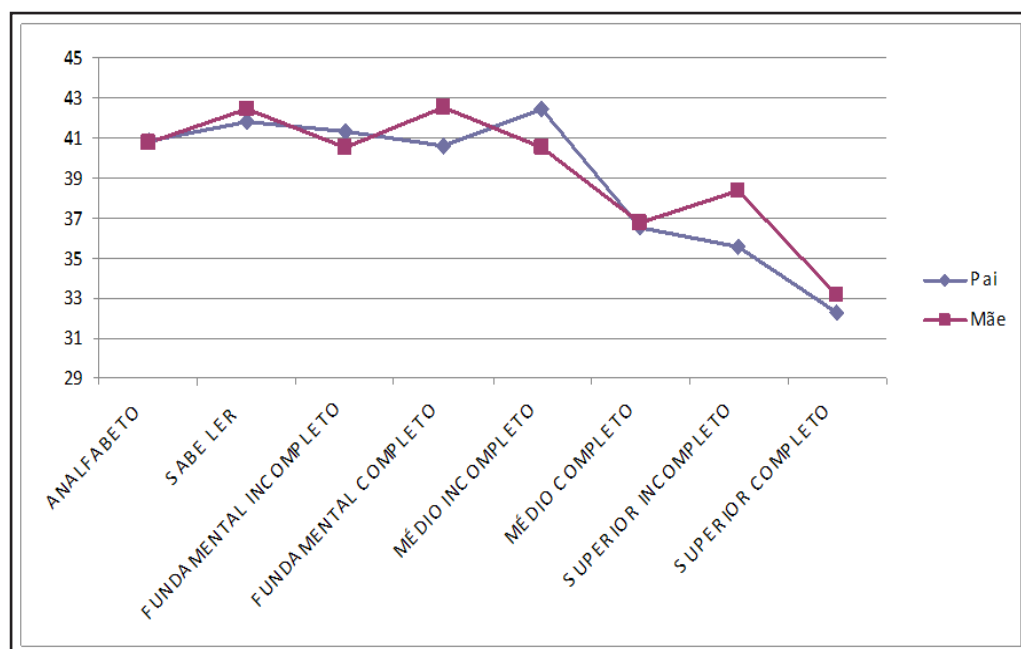


Figura 1. Percentual de adolescentes trabalhando de acordo com a escolaridade dos pais

Tabela 2. Percentuais (Frequências) das Variáveis Vida Escolar, Turno em que Frequenta a Escola (N=7056) a e Série que estuda^a

	Total	Trabalhadores	Não-trabalhadores	p
	%(f)	%(f)	%(f)	
Vida Escolar ^b				
Estuda	98,5 (6992)	98,0 (2727)-	98,9 (4265)+	,011*
Nunca estudou	0,1 (6)	0,1 (3)	0,1 (3)	
Parou de estudar	0,8 (57)	1,1 (30)+	0,6 (27)-	
Concluiu os estudos	0,6 (41)	0,9 (24)+	0,4 (17)-	
Turno em que Estuda ^c				
Manhã	49,7 (3510)	40,8 (1121)-	55,4 (2389)+	<,0001*
Tarde	24,2 (1709)	14,9 (410)-	30,1 (1299)+	
Noite	25,9 (1825)	44,1 (1211)+	14,2 (614)-	
Integral	0,2 (12)	0,1 (3)	0,2 (9)	
Série em que estuda ^d				
4ª série EF	0,5 (36)	0,6 (17)-	0,5 (19) +	<,0001*
5ª série EF	1,5 (104)	1,5 (62)	1,6 (42)	
6ª série EF	2,7 (186)	2,1 (56)-	3,1 (130) +	
7ª série EF	5,7 (392)	4,7 (125)-	6,4 (267) +	
8ª série EF	20,9 (1428)	17,5 (464)-	23,1 (964) +	
1º ano EM	28,6 (1950)	23,5 (624)-	31,8 (1326)+	
2º ano EM	21,2 (1449)	23,8 (631)-	19,6 (818) +	
3º ano EM	18,7 (1279)	26,2 (695)-	14 (584) +	

Nota. ^a% (n); ^bn=7096; ^cn=7056; ^dn=6824; Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * p<0,01. ^bEF: Ensino Fundamental; EM: Ensino Médio

Tabela 3. Percentuais (Frequências) do Histórico de Reprovação e Expulsão, Motivo que o/a Fez Parar de Estudar^a

	Total	Trabalhadores	Não-trabalhadores	p
	%(f)	%(f)	%(f)	
Reprovação ^b				
Não	55,4 (3915)	48,9 (1344)-	59,6 (2571)+	<0,0001*
Uma vez	25,7 (1812)	28,6 (785)+	23,8 (1027)-	
Duas vezes	12,6 (890)	14,6 (400)+	11,4 (490)-	
Três vezes	4,4 (312)	5,6 (154)+	3,7 (158)-	
Seis vezes ou mais	0,5 (32)	0,5 (15)	0,4 (17)	
Expulsão ^c	2,8 (194)	3,2 (88)	2,5 (106)	0,062
Motivo que o/a fez parar de estudar				
Não gostava, ia mal na escola ^d	14,2 (20)	10,8 (8)	17,9 (12)	0,228
Mudou de moradia ^e	12,8 (18)	12,2 (9)	13,4 (9)	0,821
Sal de casa ^f	5,7 (8)	8,1 (6)	3,0 (2)	0,189
Não tinha vaga ^g	5,7 (8)	4,1 (3)	7,5 (5)	0,393
Precisou trabalhar ^h	12,1 (17)	20,3 (15)+	3,0 (2)-	0,002*
A escola era longe ⁱ	6,4 (9)	4,1 (3)	9,0 (6)	0,243
Não tinha dinheiro para comprar material, uniforme, etc. ^j	7,2 (10)	6,8 (5)	7,6 (5)	0,869
Foi expulso (a) ^k	5,7 (8)	9,6 (7)+	1,5 (1)-	0,039
Já concluiu os estudos ^m	39,3 (55)	46,6 (34)	31,3 (21)	0,065
Por ser deficiente ⁿ	2,1 (3)	1,4 (1)	3,0 (2)	0,510
Não lembra ^o	9,2 (13)	6,8 (5)	11,9 (8)	0,288
Outro motivo ^p	12,5 (17)	12,5 (9)	12,5 (8)	1,000

Nota. ^a% (n); ^bn=7064; ^cn=7025; ^dn=141; ^en=141; ^fn=141; ^gn=140; ^hn=141; ⁱn=140; ^jn=139; ^kn=140; ^mn=140; ⁿn=140; ^on=141; ^pn=136. Os símbolos + e - significam respectivamente um percentual de casos maior e menor que o esperado deslocados para a categoria (+: resíduo padronizado ajustado > +1,96; -: resíduo padronizado ajustado < -1,96). * p<0,01.

Tabela 4. Opinião Sobre a Escola ^{ab}

	Total	Trabalhadores	Não-trabalhadores	p
Percepção sobre a escola atual				
Sente-se bem na escola ^c	2,53 (0,63)	2,49 (0,66)	2,56 (0,61)	<0,0001*
Gosta de ir para a escola ^d	2,55 (0,65)	2,50 (0,67)	2,58 (0,64)	<0,0001*
Gosta dos professores ^e	2,43 (0,74)	2,40 (0,74)	2,45 (0,74)	0,020
Gosta da maioria dos amigos que tem na escola ^f	2,65 (0,62)	2,64 (0,63)	2,66 (0,61)	0,076
Quer continuar os estudos nessa escola ^g	2,39 (0,80)	2,37 (0,80)	2,40 (0,79)	0,052
Pode contar com professores ou equipe escolar ^h	2,29 (0,73)	2,26 (0,74)	2,31 (0,72)	0,004*
Satisfação/Apoio				
Confia na maioria dos professores ⁱ	2,23 (0,75)	2,21 (0,76)	2,25 (0,75)	0,031
Se precisar, sabe que pode contar com a ajuda dos amigos ^j	2,41 (0,69)	2,38 (0,70)	2,43 (0,69)	0,007*
Confia nos amigos da escola ^k	2,29 (0,73)	2,27 (0,74)	2,31 (0,73)	0,067

Nota. a Escala tipo Likert: Discordo = 1; Não concordo nem discordo = 2; Concordo = 3; ^bM(DP); ^cn=6989; ^dn=7012; ^en=6954; ^fn=6938; ^gn=6823; ^hn=6445; ⁱn=6653; ^jn=6719; ^kn=6682. *p<0,01.

Discussão

A fragilidade do sistema educacional brasileiro (Rocha, 2010; Sena & Souza, 2011; Waiselfisz, 2007) mostrou-se presente neste estudo, uma vez que a média de escolaridade dos participantes, pertencentes a camadas populares da sociedade, ficou entre a última série do Ensino Fundamental (8ª) e a primeira série do Ensino Médio (Tabela 2). Além disso, a média de idade dos jovens trabalhadores foi de 16,73 ($SD=1,93$) anos – período que coincide com as atividades escolares, enquanto a média de idade do grupo de não-trabalhadores foi de 15,85 ($SD=1,65$) anos. Portanto, o grupo de jovens trabalhadores vem se inserindo em atividades laborais antes dos 18 anos (Tabela 1), chegando ao mercado laboral com baixo nível de escolaridade e menor a probabilidade de uma integração social mais sólida (Abramovay et al., 2002). Tal situação pode levá-los a atuar em profissões formais e informais de baixa remuneração e de condições precárias (Bastos, 2003; Traverso-Yépez, 2002). Todavia, nos casos em que os jovens trabalham com contrato de aprendiz (Decreto nº 5598/2005; Brasil, 2005), as perspectivas de uma inserção laboral protegida aumentam.

A tarefa de administrar exigências laborais e escolares mostrou-se desgastante. Esse acúmulo de tarefas pode se tornar fator de risco. Ao analisar os dados, percebe-se que jovens trabalhadores apresentaram média inferior de frequência escolar e número superior de reprovações e expulsões em relação aos não-trabalhadores, estando estes em séries mais avançadas. Esses resultados podem ser indicadores de que, muitas vezes, os jovens não estão amadurecidos para lidarem com as exigências desses ambientes, assumindo responsabilidades e autonomia sem estarem psicologicamente preparados (Guimarães & Romanelli, 2002; Oliveira & Robazzi, 2001). Porém, o presente estudo não permitiu identificar se o número superior de reprovações dos jovens trabalhadores foi gerado ou gerou a entrada no mercado de trabalho. Repetências e dificuldades escolares são comuns em contextos educacionais frágeis, principalmente no ensino público, ao qual a presente amostra está vinculada (Rocha, 2010; Sena & Souza, 2011; Waiselfisz, 2007). Levando isso em consideração, pode-se pensar que as sucessivas reprovações por parte dos alunos afetariam negativamente sua motivação para a escola. Como consequência, os jovens entrariam precocemente no mercado de trabalho, atividade atrativa pela recompensa financeira e que, por consequência, pode acarretar a interrupção dos estudos. Esse fato foi evidenciado nos resultados, pois, considerando apenas o grupo de jovens trabalhadores, o motivo mais relatado para interromper os estudos foi a necessidade de trabalhar (Tabela 3).

Há de se levar em conta também que o engajamento escolar superior dos jovens não-trabalhadores em relação aos trabalhadores não se explica exclusivamente pelo fato de não trabalharem. Os resultados indicaram que, quanto o maior grau de educação dos pais, menor o percentual de jovens trabalhando (ver Figura 1). Portanto, os jovens não-trabalhadores seriam beneficiados pelo fato de seus pais possuírem níveis educacionais mais elevados. Já os jovens trabalhadores, cujos pais apresentaram níveis educacionais mais baixos, poderiam ser afetados pela subestimação da importância da educação e a superestimação da importância

de trabalhar. Muitas famílias de nível socioeconômico baixo acreditam que os jovens, ao atingirem a adolescência, já estão preparados para trabalhar. Isso é reforçado pelo discurso moral do trabalho, o qual engrandece os benefícios da atividade laboral, como evitar que os jovens se exponham a drogas e à delinquência, sendo meio de preservar e promover o crescimento do indivíduo (Asmus et al., 2005; Campos & Francischini, 2003; Guimarães & Romanelli, 2002). Esse fato também é influenciado pela necessidade de auxílio à renda familiar que, muitas vezes, é colocada sobre os jovens, visto que a arrecadação financeira mensal de seus pais não é suficiente para cobrir os gastos para a sobrevivência (Barros & Santos, 1996; Guimarães & Romanelli, 2002; Marques, Neves, & Neto, 2002; Sarti, 1996).

O contexto apresentado permite identificar que os jovens trabalhadores se encontram entre dois ambientes: o trabalho, onde eles possuem o reforço do salário; e a escola, para a qual não conseguem se dedicar. Tal quadro pode levar os jovens a se voltarem mais para o ambiente laboral e, gradualmente, a abandonar a escola. Isso é reforçado diante da fragilidade do sistema de ensino público no Brasil, que possui problemas pedagógicos e estruturais (Lima & Vasconcelos, 2006). Não por acaso que os jovens trabalhadores avaliaram menos positivamente suas instituições de ensino em relação aos jovens não-trabalhadores (Tabela 4).

Entretanto, a fragilidade do sistema escolar público mostrou afetar tanto os jovens trabalhadores quanto os não-trabalhadores. Entre os motivos apontados pelos jovens na amostra total para parar de estudar em algum momento, foi o de não gostar ou estar indo mal na escola (Tabela 3). Esse dado chama atenção por demonstrar a desmotivação em relação à escola e atinge tanto jovens trabalhadores quanto não-trabalhadores.

Considerações Finais

Diversos fatores podem estar associados à entrada precoce dos jovens no mercado de trabalho. Este estudo buscou levantar alguns desses fatores. Foram observadas diferenças em relação às variáveis educacionais entre jovens trabalhadores e não-trabalhadores, o que, à primeira vista, demonstraria que a entrada precoce dos jovens no mercado de trabalho pode prejudicar suas vidas acadêmicas e, posteriormente, que estes consigam trabalhos com melhores remunerações. Porém, deve-se levar em conta que existem outros fatores que podem influenciar esse resultado, visto que, muitas vezes, as dificuldades escolares podem advir de problemas que antecedem a entrada dos jovens no mercado de trabalho, como a baixa estimulação da família para o estudo, professores desmotivados no ensino público e escassos recursos financeiros familiares.

Mesmo com outros fatores de influência, a dupla jornada escola-trabalho pode ser desgastante para os jovens, fazendo com que o seu rendimento acadêmico decline, ocorrendo, assim, repetências escolares, que podem acarretar em desmotivação e evasão escolar. A entrada precoce de jovens no mercado de trabalho pode acarretar diversos problemas em seu desenvolvimento acadêmico e, como consequência, prejudicar o jovem futuramente na busca por um melhor

emprego e uma melhor a qualidade de vida. Jovens que não trabalhavam estavam em séries mais avançadas que os trabalhadores e apresentaram menos reprovações, fatores que podem auxiliá-los a conseguir melhores oportunidades de emprego no futuro. Porém, esse dado deve ser examinado com cautela, visto que a entrada precoce no mercado de trabalho pode ser necessária por fatores de risco presentes em seus contextos, como a falta de recursos familiares, que os obriga a trabalhar para auxiliar na renda doméstica, ou a tentativa de utilizar o trabalho como um fator de proteção para evitar o envolvimento em situações prejudiciais, como a delinquência e o uso de drogas, atividades que, a princípio, são incompatíveis com atividades laborais.

Este estudo contribui para ciência psicológica ao lançar luz para os seguintes aspectos: (a) os jovens precisam estar psicologicamente preparados para administrar exigências laborais e escolares, de maneira que não sejam prejudicados nessas atividades; (b) o nível educacional dos pais constitui elemento de referência para os filhos. Portanto, programas governamentais que buscam encorajar o engajamento escolar de crianças e jovens necessitam instruir pais sobre a importância da educação. Além disso, devem promover a crítica em relação ao discurso moral do trabalho, presente especialmente em famílias de baixa renda, o qual enaltece os benefícios do trabalho sobre os benefícios do estudo, justificados pela necessidade de sobrevivência; (c) as fragilidades do sistema educacional brasileiro podem levar os jovens a entrar no mercado de trabalho precocemente. Diante dos problemas estruturais encontrados no âmbito escolar, eles têm sua motivação para o estudo afetada; (d) os resultados indicaram uma relação entre dificuldades acadêmicas e trabalho juvenil. Sugere-se a realização de outros estudos que considerem essas variáveis e identifiquem se as dificuldades acadêmicas são causadas pela execução de atividade laboral ou agravadas por ela.

Referências

- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (2011). Assédio moral e violência psicológica: Riscos sutis no processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho. In L. F. Habigzang & S. H. Koller (Eds.), *Violência contra crianças e adolescentes: Teoria, pesquisa e prática* (pp. 137-146). Porto Alegre: Artmed.
- Abramovay, M., Castro, M. J., Pinheiro, L. C., Lima, F. S., & Matinelli, C. C. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID.
- Arnett, J. J. (2007). Emerging adulthood: What is it, and what is it good for? *Child Development Perspectives*, 1, 68–73. doi: 10.1111/j.1750-8606.2007.00016.x
- Asmus, C. I. R. F., Raymundo, C. M. R., Barker, S. L., Pepe, C. C. A., & Ruzany, M. H. (2005). Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10, 953-960. doi: 10.1590/S1413-81232005000400018
- Bardagi, M. P., Arteché, A. X. & Neiva-Silva, L. (2005) Projetos sociais com adolescentes em situação de risco: Discutindo o trabalho e a orientação profissional como estratégias de intervenção. In C. S. Hutz (Ed.), *Violência e Risco na Infância e na Adolescência: Pesquisa e Intervenção* (pp. 101-146). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bastos, A.V.B. (2003). Psicologia Organizacional e do Trabalho: Que resposta estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira? In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia, (Eds), *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp. 139-166). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Barros, R. P. de, & Santos, E. C. (1996). Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce. In A. Fausto & R. Cervini (Eds.), *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (pp.56-61). São Paulo: Cortez.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8069/1990*. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil (2005). Decreto 5598/2005. Brasília: Diário Oficial da União.
- Campos, H. R., & Francischini, R. (2003). Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*, 8, 119-129. doi: 10.1590/S1413-73722003000100015.
- Conselho Nacional de Saúde (2012). *Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012*. Brasília: Diário Oficial da União
- Dutra-Thomé, L. D., Cassepp-Borges, V., & Koller, S. H. (2009). A juventude brasileira no mundo do trabalho: Proteção e vulnerabilidade social. In S. H. Koller & R. M. C. Libório. (Eds.), *Adolescência e juventude: Risco e proteção na realidade brasileira* (pp. 265-292). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dutra-Thomé, L. D. (2013). *Emerging adulthood in Southern Brazilians from differing socioeconomic status: Social and subjective markers* (Unpublished doctor dissertation). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Fischer, F. M., Oliveira, D. C., Nagai, R., Teixeira, L. R., Junior, M. L., Latorre, M. R. D. O., & Cooper, S. P. (2005). Controle, exigências, apoio social no trabalho e efeitos na saúde de trabalhadores adolescentes. *Revista de Saúde Pública [online]*, 39, 245-53. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000200016>
- Fischer, F. M., Oliveira, D. C., Teixeira, L. Reis; Teixeira, M. C. T. V., & Amaral, M. A. do. (2003) Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. *Ciência e Saúde Coletiva [online]*, 8, 973-984. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000400019>
- Flach, S F. (2011) *Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: Entre a previsão legal e a realidade*. HISTEDBR On-Line, 43, 285-303. Recuperado em 10 de setembro de 2014, de http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43/art20_43.pdf
- Frenzel, H. de S., & Bardagi, M. P. (2014). Adolescentes trabalhadores brasileiros: um breve estudo bibliométrico. *Revista Psicologia*, 14(1), 79–88. Recuperado em 14 de setembro de 2014, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000100007&lng=pt&tlng=pt.
- Guimarães, R. M., & Romanelli, G. (2002). A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. *Psicologia em Estudo*, 7, 117-126. doi: 10.1590/S1413-73722002000200014

- Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (2013). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro: IBGE
- Koller, S. H., Cerqueira-Santos, E., Morais, N. A., & Ribeiro, J. (2004). *Juventude Brasileira*. Relatório Técnico. Washington, DC: World Bank.
- Lachtim, S. A. F., & Soares, C. B. (2009). Trabalho de jovens de uma escola pública: Fortalecimento ou desgaste? *Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 62*, 179-186. doi: 10.1590/S0034-71672009000200002
- Lima, K. E. C., & Vasconcelos, S. D. (2006). Análise da metodologia de ensino de ciências nas escolas da rede municipal de Recife. Ensaio: *Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro [online]*, 14, 397-412. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000300008>
- Marques, M. E., Neves, M. de A., & Neto, A. C. (2002). *Trabalho infantil: A infância roubada*. Belo Horizonte: Segrap.
- Netto Fleury, M. M. (2007). Baile de calle: Jóvenes entre proyectos de recreación y trabajo. *Ultima década, 15*, 27-48. doi: 10.4067/S0718-22362007000200003
- Peregrino, M. (2011). Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. *Cadernos Cedes [online]*, 31, 275-291. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622011000200007>
- Oliveira D. C., Fischer F. M., Martins I. S., Teixeira L.R., & Sá C.P. (2001). Futuro e liberdade: O trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. *Revista Estudos de Psicologia, 6* (2), 245-258. Recuperado em 10 de setembro de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n2/7278.pdf>
- Oliveira, D. C. de, Fischer, F. M., Amaral, M. A., Teixeira, M. C. T. V., & Sá, C. P. (2005). A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 18*(1), 125-133. Recuperado em 10 de setembro de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n1/24826.pdf>
- Oliveira, B. R. G., & Robazzi, M. L. C. C. (2001). O trabalho na vida dos adolescentes: Alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Revista Latino-americana de Enfermagem [online]*, 9, 83-89. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692001000300013>
- Rocha, S. S. D. (2010). Promovendo a Inclusão Sócio-Digital na Escola Pública: O Projeto “Minha escola, minha vida” e suas implicações no cotidiano discente. *Revista Tecnologias na Educação, 2*(1). Recuperado em 10 de setembro de 2014, de <http://tecnologiasnaeducacao.pro.br/wp-content/uploads/2010/08/Promovendo-a-Inclus%C3%A3o-S%C3%B3cio-Digital-na-Escola-P%C3%BAblica.pdf>
- Sarti, C. A. (1996). *A família como espelho*. São Paulo: Autores Associados.
- Sena, I. A. G., & Souza, E. F. (2011). Educação, Escola e Violência: As Perspectivas dos Estudantes Da Favela Do Coque. *Educação e Fronteiras On-Line, 1*(2), 33-45. Recuperado em 10 de setembro de 2014, de http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/1448/pdf_78
- Silva, R. D. M., & Trindade, Z. A. (2013). Adolescentes aprendizes: aspectos da inserção profissional e mudanças na percepção de si. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 14*(1), 73-86. Recuperado em 10 de setembro de 2014, de <http://www.redalyc.org/pdf/2030/203027936008.pdf>
- Sousa, H. de, Frozzi, D., & Bardagi, M. P. (2013). Perceptions of adolescent apprentices about the experience of first job. *Psicologia: Ciência e Profissão, 33*(4), 918-933. doi:10.1590/S1414-98932013000400011
- Traverso-Yépez, M. (2002). Trabalho e Saúde: Subjetividades em um contexto de precariedade. In A. M. M. Mendes, L. O. Borges & M. C. Ferreira (Eds.), *Trabalho em transição, saúde em risco* (pp. 111-131). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Waiselfisz, J.J. (2007). *Relatório de desenvolvimento juvenil*. Brasília: Ritla, Instituto Sangari, MCT.

Recebido em 11.06.2013

Primeira decisão editorial em 28.07.2014

Versão final em 07.11.2014

Aceito em 13.12.2014 ■